



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO PÚBLICA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

DAYANE NUNES GONÇALVES

**ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO
NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO EGITO-PE**

SUMÉ - PB

2024

DAYANE NUNES GONÇALVES

**ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO
NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO EGITO-PE**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo Científico) apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Gestão Pública.

Orientador: Professor Dr. Luiz Antônio Coêlho da Silva.

SUMÉ - PB

2024



G635a Gonçalves, Dayane Nunes.
Análise da implementação do orçamento participativo no município de São José do Egito-PE.
/ Dayane Nunes Gonçalves. - 2024.

38 f.

Orientador: Professor Dr. Luiz Antônio Coêlho da Silva.

Artigo Científico - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

1. Orçamento participativo. 2. São José do Egito-PE - orçamento participativo. 3. Gestão Pública. 4. Análise de conteúdo. 5. Google Forms. I. Silva, Luiz Antônio Coêlho da. II. Título.

CDU: 35(045)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

DAYANE NUNES GONÇALVES

**ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO
NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO EGITO-PE**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo Científico) apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnóloga em Gestão Pública.

BANCA EXAMINADORA:

**Professor Dr. Luiz Antônio Coêlho da Silva.
Orientador – UAGESP/CDSA/UFCG**

**Bárbara Barros Paulino.
Examinadora Externa – Mestra em Administração
PPGA/UFPB**

**Professor Dr. Allan Gustavo Freire da Silva.
Examinador Interno – GESP/CDSA/UFCG**

Trabalho aprovado em: 21 de março de 2024.

SUMÉ - PB

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por chegar até aqui, por sempre estar ao meu lado, por guiar todos meus passos e por sempre mostrar o melhor para mim. Agradeço também aos meus pais José Evandro Ferreira Gonçalves e Adeline Leite Nunes Gonçalves, e ao meu companheiro e pai do meu filho Cassio Adriano Silva Junior por sempre estarem do meu lado, por serem minha motivação e principal incentivo para concluir essa etapa da minha vida.

Agradeço ao PET- Gestão Pública, Política e Cidadania por ser um programa que me proporcionou muitos aprendizados e experiências, que me transformou e me fez evoluir como pessoa e estudante. Obrigada a todos os meus colegas petianos e o tutor Fabiano Custódio pelas experiências vivenciadas e pela nossa amizade. A todos, minha gratidão.

Ao meu professor e orientador Luiz Antônio Côelho da Silva por todos os ensinamentos e experiências ao longo do curso, pela compreensão e por sempre se dispor em me ajudar quando precisei. Também ao professor Allan Gustavo Freire da Silva, por todos os aprendizados, experiências e ajudas durante todo o curso.

Agradeço a Jefferson Verissimo, por todo o auxílio e apoio na construção deste trabalho, sucesso para você e sua carreira. Obrigada por tudo!

Agradeço aos meus colegas Carlos, Gabriella, Samara e Ana pela convivência diária, pelas experiências durante o curso, pelas conversas e risadas que tornaram as coisas mais leves.

Enfim, minha gratidão a todos que passaram por mim nesse processo. Um grande abraço!

RESUMO

O Orçamento Participativo (OP) se caracteriza por ser um impulsionador da transformação social, no qual os cidadãos se inserem nos debates políticos com a finalidade de discutir suas necessidades e anseios. Dessa forma, este estudo busca responder a seguinte questão: O processo de implementação do Orçamento Participativo tem sido discutido pelos vereadores do município de São José do Egito-PE? Assim, tem como objetivo desenvolver uma análise da implementação do OP no município de São José do Egito - PE e os seus benefícios para a população local. Para isso, o presente artigo trata de um estudo de caso, com caráter exploratório e de natureza qualitativa, com análise e pesquisa bibliográfica. A coleta de dados foi adquirida por meio de um questionário pela plataforma *Google Forms* entre os dias 7 a 26 de fevereiro de 2024. Para análise dos dados realizou-se uma análise de conteúdo da literatura selecionada. Além disso, as respostas do questionário foram analisadas por meio de medidas de tendência central e análise descritiva dos resultados encontrados. Com base nos resultados obtidos, foi possível concluir que o Orçamento Participativo neste município pode proporcionar melhorias nos aspectos políticos, sociais e econômicos, possibilitando transparência e credibilidade da gestão pública local. Ademais, contribui na identificação das necessidades e desejos da população, possibilitando a criação de novas políticas públicas.

Palavras-chave: Orçamento Participativo; Gestão Pública; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The Participatory Budget (OP) is characterized by being a driver of social transformation, in which citizens are included in political debates with the purpose of discussing their needs and desires. Therefore, this study seeks to answer the following question: How has the process of implementing the Participatory Budget been discussed by councilors in the municipality of São José do Egypt-PE? Thus, it aims to develop an analysis of the importance of implementing the OP in the municipality of São José do Egypt - PE and its benefits for the local population. To this end, this article deals with a case study, with an exploratory and qualitative nature, with analysis and bibliographical research. Data collection was acquired through a questionnaire on the *Google Forms* platform between the 7th and 26th of February 2024, and we sought to identify the importance of implementing the OP in the municipality from the perspective of the participants, as well as how This movement is being discussed by the local legislature. To analyze the data, a content analysis of the selected literature was carried out. Furthermore, the questionnaire responses were analyzed using measures of central tendency and descriptive analysis of the results found. Based on the results obtained, it was possible to conclude that the Participatory Budget in this municipality can provide improvements in political, social and economic aspects, enabling transparency and credibility in local public management. Furthermore, it contributes to identifying the needs and desires of the population, enabling the creation of new public policies.

Keywords: Participatory Budgeting; Public Management; Public Policies.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Perfil dos entrevistados quanto ao gênero.....	19
Gráfico 2 - Tempo de atuação no serviço público.....	20
Gráfico 3 - Grau de escolaridade.....	21
Gráfico 4 - Grau de entendimento sobre Orçamento Participativo.....	22
Gráfico 5 - Contribuição do poder legislativo para criação do orçamento participativo no município.....	23
Gráfico 6 - A participação da população nas tomadas de decisão do orçamento público é importante para melhor funcionamento da gestão pública?.....	24
Gráfico 7 - Desafios para implementação do OP no Município de São José do Egito...	26
Gráfico 8 - Áreas do Município que precisam de melhorias na visão dos respondentes	27
Gráfico 9 - Áreas que o orçamento participativo impacta/pode impactar.....	28
Gráfico 10 - Benefícios que o orçamento participativo traria/traz para o Município.....	29

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO.....	10
2.1	ORÇAMENTO TRADICIONAL E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO.....	10
2.2	DEMOCRACIA PARTICIPATIVA.....	11
2.3	DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	12
2.4	IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO.....	14
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	15
3.1	TIPO DE ESTUDO.....	15
3.2	CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE PESQUISA.....	16
3.3	COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	17
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	18
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
	REFERÊNCIAS.....	33
	APÊNDICE.....	35

1 INTRODUÇÃO

O Orçamento Participativo (OP) surgiu no Brasil na década de 1980 como uma ferramenta da Gestão Pública visando envolver a população nos orçamentos públicos (Pires, 2001). O OP tem sido considerado um exemplo no campo dos estudos sobre a teoria democrática e da participação política, seja por inovar as relações entre sociedade e Estado ao incorporar a população nos processos de definição das prioridades dos gastos públicos, seja pela sua expansão e sua diversificação ao longo das últimas décadas (Luchman, 2022; Bogo, 2022). Esse movimento por mais que não seja obrigatório, possibilita maior transparência das ações governamentais.

Para Avritzer (2003), a ideia de OP nasceu na capital gaúcha, Porto Alegre, com o então prefeito Alceu Collares (PDT), em março de 1986, através da criação de conselhos populares e associações de moradores. Contudo, o OP se popularizou nacionalmente em meados da década de 1989. Sendo um método de inovação democrática da administração pública contemporânea, vem se tornando uma ferramenta indispensável nos debates políticos de transparência e fiscalização com a participação popular.

Essa participação popular é um caminho em meio a outras tentativas que permitem uma democracia consolidada. A Consolidação democrática pode ser vista, destarte, como um estágio da democracia em que a franquia de direitos políticos, sociais e civis se torna ampla, a ponto de garantir o acesso crescente aos serviços públicos e a possibilidade de alternância de poder e manutenção da ordem, simultaneamente (Salto, 2014). Seguindo a perspectiva do autor supracitado, observa-se que a participação do povo nas tomadas de decisões governamentais não só traz a garantia do Estado aos direitos políticos do cidadão, como também o insere na criação, deliberação das políticas públicas, e transparência da administração pública.

Além do mais, as pesquisas voltadas sobre a importância dessa iniciativa no cenário atual brasileiro torna-se uma necessidade visto que o grau de sua efetividade reflete no processo de uma democracia consolidada no país, já que o OP contribui para a inclusão da participação social. “Todo poder emana do povo que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição”, exposto no Art. 1º parágrafo único da Constituição Federal de 1988.

O município de São José do Egito está localizado na Mesorregião do Sertão Pernambucano e na Microrregião do Pajeú. Sua população, conforme dados do IBGE de 2023, é de 31.004 habitantes, sendo o 3º município mais populoso da Microrregião do Pajeú, atrás apenas de Serra Talhada e Afogados da Ingazeira. O OP ainda que ausente no município pode

trazer relações que envolve o poder público e os munícipes de modo que essa iniciativa traga benefícios no contexto social, político e econômico da cidade.

Dessa maneira, pesquisar sobre a importância da implementação do OP no presente município de São José do Egito-PE permite refletir sobre os aspectos que regem a administração pública local no que se refere ao envolvimento do cidadão nas tomadas de decisão do poder público, de modo a analisar como essa iniciativa pode trazer benefícios para a gestão pública local através das perspectivas dos vereadores do município.

Logo, ao compreender que o OP promove melhorias nos aspectos políticos, econômicos e sociais, esse estudo surgiu a partir da ideia de discutir e compreender a importância da implementação no município de São José do Egito-PE e de como essa iniciativa inovadora tem sido discutida no período de fevereiro de 2024, no incentivo da busca e prática da democracia participativa.

Dessa forma, essa pesquisa possui a seguinte questão norteadora: **O processo de implementação do Orçamento Participativo tem sido discutido pelos vereadores do município de São José do Egito-PE?**

Nesse sentido, com tal relevância que OP traz para a gestão de qualquer esfera de governo, o presente estudo tem como objetivo geral desenvolver uma análise da importância sobre a implementação do OP no município de São José do Egito-PE e os seus benefícios para a população local. Como objetivos específicos do estudo, têm-se:

- Avaliar o processo de implementação do Orçamento Participativo em São José do Egito-PE;
- Demonstrar os benefícios da implementação deste instrumento para os munícipes;
- Identificar qual a visão do legislativo- municipal quanto a essa iniciativa;
- Sugerir melhorias para implementação do OP com êxito no município de São José do Egito-PE.

Desse modo, o desenvolvimento desta pesquisa pode contribuir para compreender que o OP, enquanto instrumento de participação popular, torna-se fundamental para a gestão pública, como também, para incluir a sociedade nos processos decisórios contribuindo para efetividade do exercício da cidadania dos cidadãos na participação política e social do município, sendo fundamental para a efetivação do movimento democrático.

Portanto, justifica-se o levantamento deste estudo a fim de demonstrar que a discussão da implementação do OP no município contribuirá como instrumento de auxílio para uma gestão municipal mais transparente e representativa aos munícipes. Além disso, esse

movimento social incluirá o cidadão na formulação e implementação de políticas públicas locais e assim, irá favorecer o desenvolvimento local das comunidades trazendo o bem estar social. Por fim, no que se refere a o âmbito acadêmico, essa pesquisa busca despertar futuras pesquisas com novas perspectivas sobre a área de orçamento, bem como, contribuir para o conhecimento dos atuais e futuros gestores públicos sobre essa temática.

Quanto à metodologia utilizada, tratou-se de um estudo exploratório, de natureza qualitativa, através de um estudo de caso com análise e pesquisa bibliográfica. Foi utilizado como instrumento de coleta de dados um questionário, o qual foi aplicado a todos os vereadores do município de São José do Egito, em Pernambuco.

Além desta introdução, o presente trabalho foi estruturado da seguinte forma: na seção 2 apresenta-se a fundamentação teórica do estudo; na seção 3 são descritos os procedimentos metodológicos para condução da pesquisa; a seção 4 apresenta os resultados encontrados e as discussões; por fim, na última seção apresenta-se as considerações finais do estudo, apontando a conclusão e sugestões futuras.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

A presente seção trata do referencial teórico, estruturado da seguinte forma: A seção 2.1 apresenta um breve panorama sobre o orçamento clássico ou tradicional *versus* OP; na seção 2.2 discorre-se sobre democracia participativa; a seção 2.3 apresenta os desafios para implementação do orçamento participativo, e por fim, a seção 2.4 apresentando a importância da implementação do orçamento participativo.

2.1 ORÇAMENTO TRADICIONAL E ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O Orçamento Clássico ou Tradicional se caracteriza por ser um processo orçamentário que apresenta as despesas sem relacionar os gastos com nenhuma finalidade. Não se verifica uma preocupação primária com o atendimento das necessidades bem formuladas da coletividade ou da própria administração pública. Nem mesmo ficam claros os objetivos econômicos e sociais que motivaram a elaboração da peça orçamentária (Enap, 2014). Ou seja, esse tipo de modelo é baseado em gastos indefinidos sem que se identifique a real necessidade da distribuição de receitas e despesas.

Ao contrário desse modelo, o OP trata de forma direta as definições das ações do governo, o qual busca a solução dos problemas com a elaboração de orçamentos que são

considerados prioritários para a criação de políticas públicas, e assim, atender os anseios da população. Sendo assim, para Santos et al. (2016), O OP surgiu como marco legal na redemocratização brasileira por meio da Constituição Federal (CF) de 1988. Segundo a CF/1988, a participação popular seria garantida na definição de políticas públicas nos âmbitos estaduais, municipais e federal, por meio da criação de Conselhos Setoriais de Políticas Públicas com espaços de controle social.

O OP é uma iniciativa do Estado que tem por finalidade envolver o cidadão como participante ativo nas tomadas de decisões do orçamento público. Segundo Gonçalves (2019), O OP caracteriza-se por instituir arenas decisórias onde os indivíduos possam participar do processo orçamentário tendo eles ou não, experiência organizativa no processo de participação universal.

Assim, este movimento tem papel de transformação social, no qual os cidadãos se inserem nos debates políticos com a finalidade de discutir suas necessidades e anseios. De acordo com Ribeiro (2019, p. 14) ‘‘Orçamento Participativo é um impulsionador que busca focar-se na busca da eficiência, transparência e efetividade das políticas públicas’’. Ou seja, à medida que um município passa a aderir a esse modelo de participação popular, caminha para uma democracia participativa e, por conseguinte, uma gestão pública mais transparente e atuante. Ademais, há mais colaboração em termos criação e implementação de políticas públicas locais.

Nesse sentido, discutir a importância da implementação do OP nos municípios tem relação intrínseca com a redemocratização do Brasil, visto que essa prática estabelece uma comunicação ativa dos representantes governamentais e o povo.

2.2 DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

De acordo com a Constituição Federal de 1988 todo cidadão possui direitos políticos garantidos sendo o principal direito político e o mais exercido por todos é o direito de votar e ser votado. Mas a participação da população não se limita ao voto para a escolha de seus representantes no Poder Executivo e no Poder Legislativo. A Constituição de 1988 possibilitou a participação dos cidadãos e cidadãs nos rumos da cidade, Estado e País.

Além disso, ela possibilita a legitimidade democrática o qual possibilita o envolvimento dos cidadãos na política. Compreende uma participação universal, com todas as formas e mecanismos que existirem e que forem criados para ampliar os espaços de participação da sociedade nas decisões políticas e nos atos da administração pública (Macedo, 2008).

Dessa forma, o OP tem relação com a democracia participativa, pois se refere aos valores do cidadão e seus direitos constitucionais assegurados, além de possuir voz ativa nas tomadas de decisão junto aos representantes políticos.

A participação é vista como um elemento que gera eficiência na medida em que através dela se orienta o uso dos recursos públicos de forma adaptada às necessidades e anseios da população; gera transparência da máquina pública, oportunizando o controle social do uso do dinheiro público. (Rover, 2003, p. 292).

Posto que a participação do povo em seu exercício da cidadania auxilia nos processos decisórios da alocação e distribuição de recursos públicos.

Essa noção de “participação popular” está intrinsecamente ligada à própria concepção de cidadania que está prevista em nossa Carta Magna, que vai além da concepção liberal de titularidade de direitos civis e políticos, reconhecendo o indivíduo como pessoa integrada na sociedade, onde o funcionamento do Estado estará submetido à “vontade popular” como base e meta essencial do regime democrático e do Estado de Direito (Silva, 1992, p.102-107).

Segundo Sánchez (2002), nos dias atuais, a democracia participativa deu um novo entusiasmo à vida política, por várias razões. Essas razões são até certo ponto díspares e levam a comunidade intelectual e as lideranças políticas de distintas matizes a valorizar o debate sobre participação e democracia. Algumas dessas razões se referem a questões relacionadas às contas públicas e sobre como as aplicações do orçamento público estão sendo discutidos com a sociedade, que conforme o autor supracitado, trás valorização da posição do cidadão nos processos decisórios.

Nesse sentido, como mencionado pelos autores supracitados, o OP exerce um papel fundamental para o melhor funcionamento dos serviços públicos prestados à população, bem como, a importância da participação da população nos processos decisórios. Todavia, há pesquisas que apontam desafios decorrentes para sua efetividade no cenário atual brasileiro, como será apresentado a seguir.

2.3 DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Uma pesquisa realizada pelo Fórum Nacional de Participação Popular (FNPP) afirma que 37% dos municípios pesquisados apontaram a falta de participação da população como um dos maiores problemas enfrentados para a implementação do OP (Tavares, 2003).

Assim, há uma carência de compromissos municipais ao criar estratégias de recrutamento da participação civil que os motivam a participar desses encontros. Sendo assim, de acordo com Pires (2001), a alocação de recursos na elaboração do processo do OP em cidades de médio porte envolve a contratação de pessoal, disseminação de informação, aquisição de material gráfico e de informática. A disponibilidade de recursos para esse fim é um condicionante para esse processo e seus resultados. Vale ressaltar que a troca de informações entre os representantes governamentais e o povo também são de suma importância para que o OP tenha êxito na comunidade (Almeida, 2014).

Essa inovação é referente a investimentos em tecnologia como meio de efetividade do OP, que na atualidade é um desafio aos governos locais. Visto que o pouco conhecimento técnico da população acaba por inviabilizar o OP, os impactos da falta de conhecimento dos cidadãos sobre o tipo de informação têm sido discutidos como um dos elementos inibidores de um melhor resultado de participação (Guo e Nehkova, 2012; Nollnberger et al., 2012).

Nesta perspectiva, os cidadãos necessitam de oportunidades de acesso à informação para que possam exercer sua cidadania de forma clara e objetiva, e assim, participar e buscar expor seus anseios de forma clara e efetiva. Dessa maneira é que se faz possível construir um progresso nas transformações políticas e sociais.

Alguns autores destacam que, desde sua origem no final da década de 1980 em Porto Alegre, o OP passa por desafios:

Apresentam um conjunto de desafios que os OPs devem enfrentar em função das profundas mudanças operadas pelos “avanços tecnológicos, pela geopolítica internacional, pelos ciclos da economia capitalista, pelo crescimento populacional e pelos impactos das mudanças climáticas”, são eles: inserir o OP na agenda política internacional; articular o OP com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; estabelecer pontes de relacionamento com outros movimentos sociais e políticos; reforçar a sua expansão territorial e institucional; fortalecer o sistema de participação; construir marcos legais que reforcem a sustentabilidade do OP; e conviver com as novas formas de tecnologias digitais (Dias; Enriquez, Júlio, 2019, p. 29).

Com isso, o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICS) trazem mudanças significativas à Administração Pública, devido ao auxílio nos planejamentos e execuções das atividades governamentais. As ferramentas tecnológicas promovem maior transparência e credibilidade para a população, tornando-se um ponto positivo em termos de incentivo da participação dos cidadãos nos OPs.

As TICS, dentre outros fatores, desempenham este papel de ligação entre esses componentes e são consideradas uma das principais formas de articulação dos processos

operacionais dos governos para o fornecimento de fluxos de informação e de serviços públicos (Barbosa; Cappi; Gatto, 2009).

Na prática, esse avanço tecnológico nos municípios brasileiros em relação ao OP ainda é um desafio comum devido a falta de acesso igualitário da população. Ou seja, há ainda a existência de pessoas que não possuem tal recurso. Portanto, discutir essa iniciativa de inovação pode trazer mais benefícios para a gestão pública local, como também, capacita de forma mais objetiva e transparente a importância da implementação do OP nos municípios brasileiros.

2.4 IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O OP tem um importante papel na gestão pública municipal, constituindo-se como um instrumento de democracia da participação popular na elaboração da peça orçamentária, pois permite que o cidadão debata e defina os destinos de uma cidade, escolhendo as prioridades de investimentos em obras e serviços nas diversas áreas como educação, saúde, transporte e outros, a serem realizados a cada ano (Ferreira, 2018). Essa iniciativa traz consigo contribuições positivas no âmbito político, social e econômico de um município, sendo possível legitimar o exercício da cidadania dos munícipes. Além disso, contribui para o melhor funcionamento da máquina pública, visto que o povo estará intrinsecamente envolvido no controle social e na conjuntura política e administrativa da gestão pública local, proporcionando a criação e implementação das políticas públicas.

Assim, como afirma Silva (2017):

A participação da sociedade em debates, em diálogos e por meio do controle social, é fundamental para garantir a efetividade dos objetivos das políticas públicas, que atendam às necessidades primordiais da sociedade, em prol da melhoria e segurança dos serviços disponibilizados à população. Com efeito, a integração da sociedade no controle social fortalece a implementação das políticas públicas, tornando-as mais efetivas quanto ao concreto cumprimento das necessidades sociais e do interesse público. (Silva, 2017. p. 220).

Ademais, vale destacar a importância desse movimento para o controle do orçamento público, já que possibilita aos cidadãos transparência da distribuição de recursos e as peças orçamentárias. Nesse sentido, O OP tem se constituído um instrumento de discussão do Orçamento Público, tanto no que se refere à participação do cidadão na Administração Pública como também, um instrumento de solução de conflitos por poder de decisão, seja na forma da gestão pública ou na forma de pressão de atores sociais diversos, incluindo os partidos políticos, associações comunitárias e empresariais, entre outros (Santos; Lopes; Monte, 2016).

Portanto, a implementação do OP em um município é sobretudo relevante, uma vez que traz benefícios aos cidadãos, oferecendo oportunidades de discutir sobre o direcionamento dos recursos públicos junto com a gestão pública local, aspecto fundamental para que a comunidade identifique e participe decisões que envolvem o orçamento público, possibilitando suprir as necessidades do povo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa, adotados para alcançar os resultados propostos. A seguir, classifica-se a pesquisa e descreve-se suas etapas, apresentando os procedimentos de coleta e análise dos dados.

3.1 TIPO DE ESTUDO

Essa pesquisa pode ser classificada como um estudo qualitativo e exploratório com procedimentos de pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

Pode ser classificada como uma pesquisa bibliográfica, pois dispõe de pesquisas realizadas com fontes de plataformas da internet como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Google Acadêmico, *Scielo*, *Capes*, etc., onde foram selecionados trabalhos, artigos científicos, livros e textos que tratam do OP para a escrita do trabalho.

Além disso, trata-se de um estudo de caso. Um estudo de caso é de grande utilidade para compreender fenômenos sociais complexos que demandem uma investigação que preserve suas características holísticas e desvende os processos e mecanismos significativos, separando-os de um conjunto de fatores e processos secundários ao processo central da análise (Sátyro, D’Albuquerque, 2020). Portanto, trata-se de um instrumento importante para obtenção de coleta de dados da pesquisa.

O estudo de caso foi desenvolvido no município de São José do Egito-PE, tendo como principal finalidade analisar o processo de implementação do Orçamento Participativo no município, a partir da perspectiva dos vereadores do município, buscando identificar como esse movimento impacta no processo democrático da população e da gestão pública local. Sob a perspectiva do autor supracitado, o estudo de caso permite investigar todos aspectos que regem o objeto de estudo sendo fundamental para obtenção de dados.

Desse modo, esse artigo obtém características de um método qualitativo e exploratório, pois permite aliar as vantagens de se obter os aspectos qualitativos das informações à possibilidade de quantificá-los posteriormente. Esta associação realiza-se em nível de complementaridade, possibilitando ampliar a compreensão do fenômeno em estudo (Piovesan, Temporini, 1995).

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE PESQUISA

De acordo com o site oficial da Prefeitura Municipal de São José do Egito- PE, a origem da cidade se deu no ano de 1838, onde um fazendeiro de nome Inácio do Nascimento de Souza, cedeu um terreno e em 1839, um missionário capuchinho iniciou uma campanha para a construção de uma nova e maior igreja na comunidade, essa só veio ser concluída 26 depois, no ano de 1865, a partir daí o povoado ganhou o nome de São José das Queimadas. Depois de São José das Queimadas, veio o nome de São José da Ingazeira, isso porque a Vila pertencia à época a comarca de Ingazeira.

Em 1872, foi criado o distrito com denominação de São José da Ingazeira, que foi elevado à categoria de Vila com a denominação de São José da Ingazeira, pela lei provincial nº 1260, de 26 de maio de 1877, desmembrado de Ingazeira mais tarde, Afogados da Ingazeira. Pela lei provincial nº 1516, de 11 de abril de 1881, vila passou a denominar-se São José do Egito. Se tornando emancipada em 9 de março de 1909, mas só em 1 de julho de 1909, foi elevado à condição de município com a denominação de São José do Egito, pela lei estadual nº 991.

O município de São José do Egito fica localizado na Mesorregião do Sertão Pernambucano e na Microrregião do Pajeú. Administrativamente, o município é composto pelos distritos Sede, Bonfim e Riacho do Meio. Tem também 6 povoados: Batatas, Curralinho, Mundo Novo, São Sebastião do Aguiar, Espírito Santo e Juazeirinho.

De acordo com os resultados do Censo Demográfico de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresenta uma população de 31,004 pessoas o que representa uma queda de -1,83% em comparação ao censo de 2010. O município aponta uma densidade demográfica de 40,05 habitantes por km² e uma média de 2,61 moradores por residência.

No contexto de mudanças demográficas, Vasconcelos e Gomes (2012) destacam a importância da elaboração e planejamento de políticas públicas. Para as autoras, as ações públicas devem vislumbrar as especificidades regionais dos processos sociais e demográficos, respeitando as particularidades regionais. Nesse sentido, é possível identificar que o OP auxilia

na criação e implementação de políticas públicas locais em prol de evitar possíveis quedas do número de habitantes do município de São José do Egito-PE.

3.3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Neste trabalho, foi definido como instrumento de coleta de dados a pesquisa bibliográfica com consultas em sites e plataformas na internet onde foi selecionado artigos científicos, livros e textos que tratam desta temática. Na etapa empírica da pesquisa, foi definido como instrumento de coleta de dados o questionário.

Segundo Gil (2011, p.128), o questionário pode ser definido como uma “técnica de investigação composta por questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc”. Ou seja, ele possibilita obter respostas e conclusões de acordo com as perspectivas dos respondentes o que é de suma importância para o enriquecimento de uma pesquisa/ estudo que se esteja realizando.

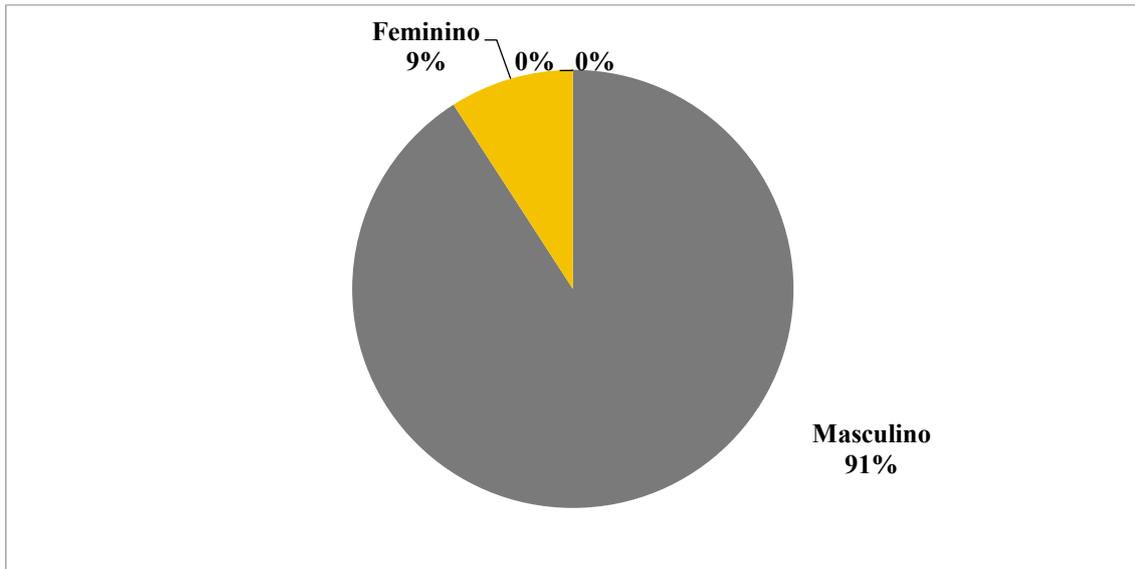
Foram aplicados os questionários aos vereadores do município de São José do Egito PE. O questionário (modelo no apêndice A) foi desenvolvido através da plataforma *Google Forms* e enviado aos respondentes via Whatsapp e Email, sendo aplicado no período de 19 (dezenove) dias, compreendendo o período de 15 de fevereiro a 04 de março de 2024. Este questionário passou por um pré teste antes de ser encaminhado para os respondentes, sendo avaliado por estudantes da graduação em Gestão Pública, especialistas e professores universitários com um tempo médio de experiência na área entre 2 (três) a 18 (dezoito) anos.

A pesquisa contou com 16 (dezesesseis) questões, sendo 14 (quatorze) fechadas e 2 (duas) abertas, onde considerou-se o gênero, a faixa etária, tempo de atuação no serviço público, nível de escolaridade, o grau de importância do OP para o município, a relação do OP com a criação de Políticas Públicas, questões relacionadas às contribuições para o serviço público local, dentre outras questões. O questionário completo pode ser visto no Apêndice A. Para a maioria das questões foi utilizada uma escala tipo Likert, com uma escala de 5 (cinco) pontos. O questionário ainda dispôs de um termo de consentimento livre e esclarecido, e instruções para preenchimento, com o intuito de propiciar clareza na interpretação das perguntas. Obteve-se um total de 11 (onze) participantes, o que corresponde a todos os vereadores municipais os quais serão preservadas as identidades de acordo com os princípios éticos da pesquisa científica, e seguindo procedimentos de sigilo e discrição.

Após coleta dos dados, partiu para análise e interpretação dos dados, com o intuito de consolidar o entendimento dos resultados. Assim, após definição do tema e seleção dos artigos, livros e textos que tratavam da temática, foi realizada uma análise de conteúdo do material bibliográfico. Essa análise da literatura foi primordial para se ter um maior embasamento no assunto abordado. Para análise das respostas do questionário, de início verificou-se se todas as questões foram respondidas de acordo com as instruções de preenchimento. A partir disso, foi realizada uma análise por meio de medidas de tendência central como frequência e média das respostas e, posteriormente, feita uma análise descritiva, a partir de gráficos e representação escrita dos resultados encontrados.

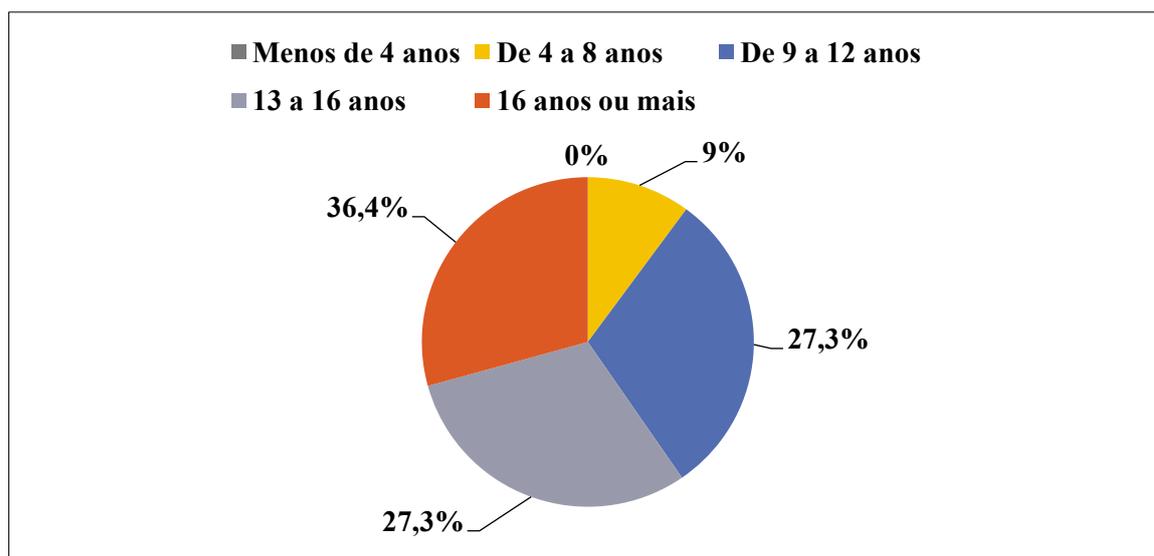
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados que serão apresentados no presente trabalho são resultantes de um estudo de caso, que foi realizado com os vereadores do município de São José do Egito-PE, com um total de 11 respondentes, ou seja, todos os vereadores. A coleta de dados foi adquirida por meio de um questionário pela plataforma Google Forms entre os dias 7 a 26 de fevereiro de 2024, buscou-se identificar a importância da implementação do OP no município sob a perspectiva dos participantes, bem como, de como esse movimento está sendo discutido pelo poder legislativo local. Para que se tenha melhor exposição dos dados coletados, serão apresentados gráficos e quadros. Por esses meios, foi possível obter informações essenciais para a análise dos dados referente a implementação do OP no município de São José do Egito. Observou-se que os respondentes não tiveram dificuldades em responder as perguntas propostas, sendo objetivos e claros quanto a suas respostas. No Gráfico 1 apresenta-se o perfil dos entrevistados em relação ao gênero.

Gráfico 1 - Perfil dos entrevistados quanto ao gênero

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

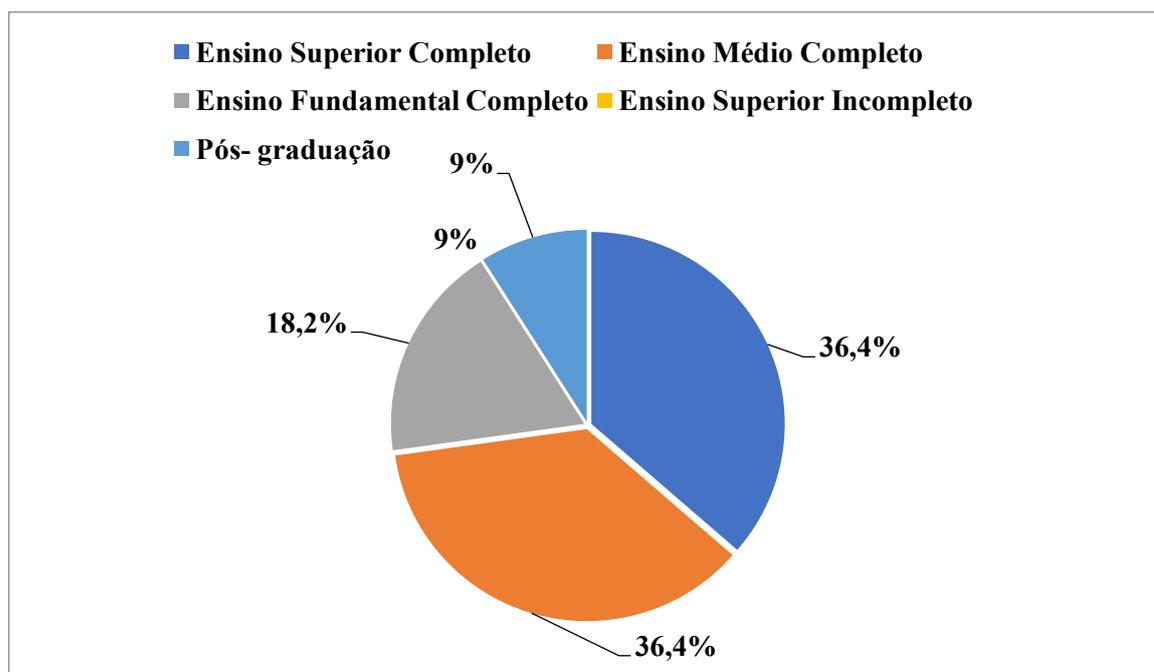
Como pode ser observado, com uma amostra total de todos os 11 (onze) participantes, 91% dos respondentes são do gênero masculino, e 9% correspondem ao sexo feminino, o que totaliza um quantitativo de 1 (uma) mulher e 10 (dez) homens, percebendo-se com os percentuais apresentados que o poder legislativo local do município é representado predominantemente por homens, com uma ausência significativa da representação feminina na câmara de vereadores. Também buscou-se identificar o tempo de atuação dos participantes no serviço público, com vistas a saber seu tempo de experiência na área e nível de conhecimento sobre o funcionalismo público no município. A seguir, o Gráfico 2 apresenta o tempo de atuação no serviço público.

Gráfico 2 - Tempo de atuação no serviço público

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Conforme exposto no Gráfico 2, é possível identificar que o quantitativo de respondentes com a atuação no serviço público com 16 (dezesseis) anos corresponde a 36,4%, sendo o percentual predominante, resultando um total de 4 (quatro) vereadores. Logo em seguida, um empate com percentual de 27,3% entre 9 (nove) a 12 (anos) e 13 (treze) a 16 (dezesseis) que corresponde a 3 (três) respondentes respectivamente. Também foi identificado que cerca de 9% o equivalente a 1 (um) respondente possui atuação de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e por fim, nenhum dos respondentes possui menos de 4 anos de atuação.

Com esses dados obtidos, percebe-se que há um percentual de mais de 90% de participantes que possuem mais de 9 (nove) anos no serviço público. Com base nisso, é possível interpretar que esses anos de experiência possibilitem um entendimento e embasamento sobre o OP por parte dos vereadores do município, visto que estão intrinsecamente ligados aos serviços públicos, a população, e toda a conjuntura política local. Sendo assim, também se buscou identificar o grau de escolaridade dos participantes com o propósito de observar como o nível de escolaridade impacta no entendimento sobre o OP por parte dos respondentes. A seguir, o Gráfico 3 apresenta o grau de escolaridade dos participantes.

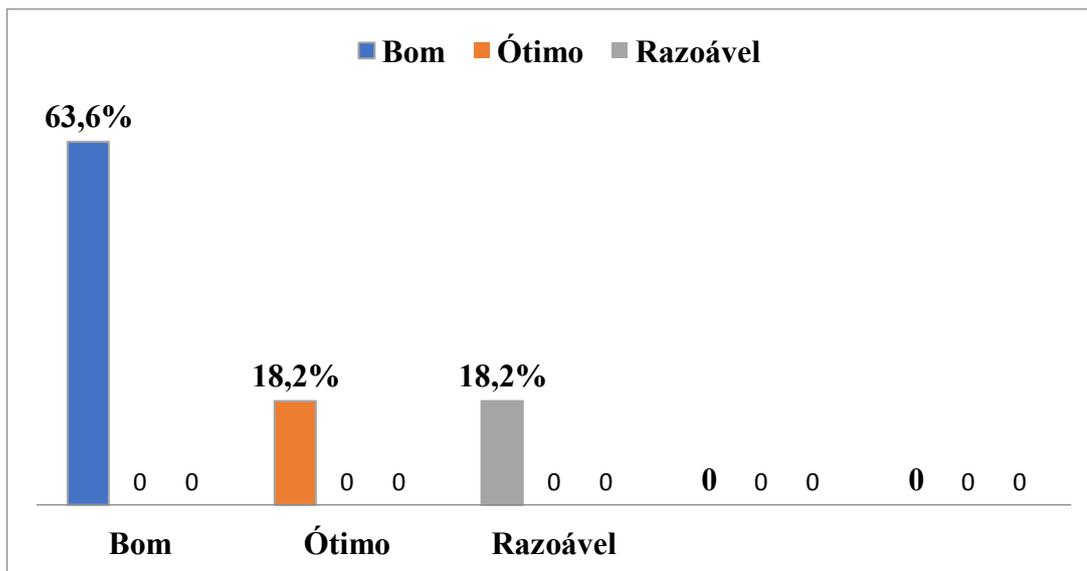
Gráfico 3 - Grau de escolaridade

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O Gráfico 3 tem como referência o grau de escolaridade dos participantes, onde é possível observar que há maiores percentuais e empate quanto ao Ensino Médio Completo e Ensino Superior Completo, ambos com 4 (quatro) participantes respectivamente, o que corresponde a um percentual equivalente a 36,4%. Em seguida, um percentual de 18,2% com o Ensino Fundamental Completo, o equivalente a 2 (dois) participantes, e por fim, 9% que corresponde a 1 (um) respondente com Pós-graduação.

Quando indagados se já tinham ouvido falar sobre OP, todos os participantes afirmaram que já tinham ouvido falar antes, podendo assim identificar que esse movimento social não é uma iniciativa desconhecida por parte do legislativo local, bem como, sua relevância para o município. Dessa forma, o Gráfico 4 a seguir, observou-se identificar o grau de entendimento dos participantes em relação ao orçamento participativo.

Gráfico 4 - Grau de entendimento sobre Orçamento Participativo

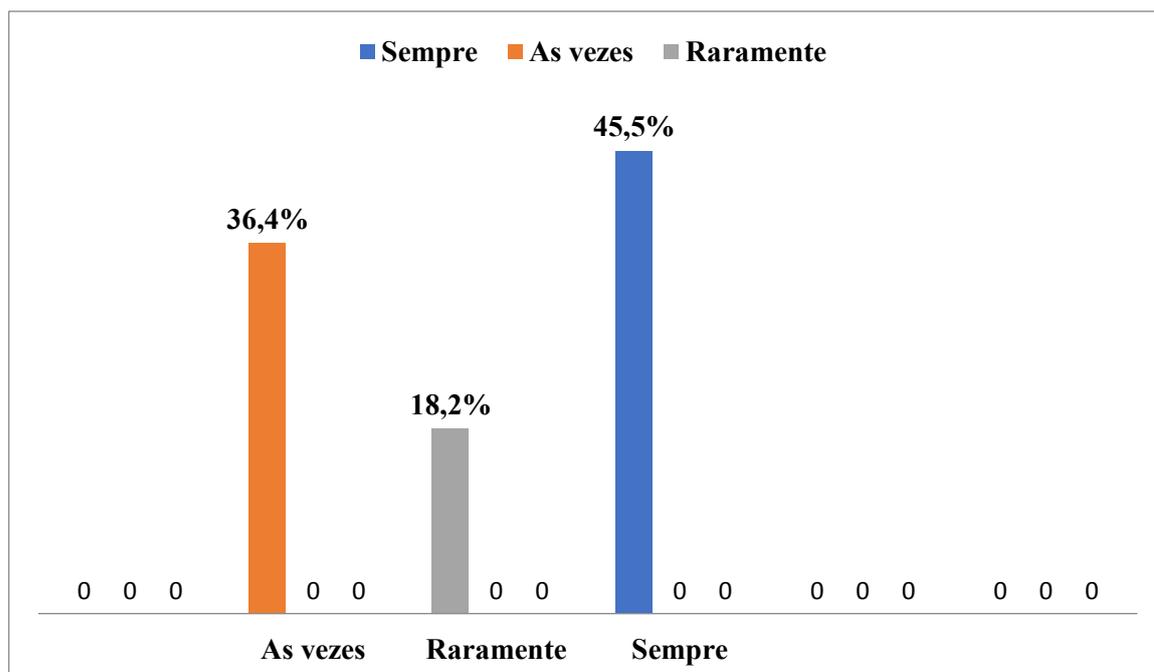


Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O Gráfico 4, traz uma representação referente ao grau de entendimento dos participantes em relação ao Orçamento Participativo. Deste modo, cerca de 63,6% afirmam ter bom entendimento o que corresponde a 7 (sete) respondentes, ou seja, a maioria. Por outro lado, houve um empate entre o grau de entendimento “ótimo” e “razoável” com um percentual de 18,2%, que representa 2 (dois) participantes respectivamente.

Com esses dados obtidos, vale ressaltar a relação desse resultado com o do Gráfico 02 apresentado acima, onde revelou que a grande maioria possui mais de 9 (nove) anos de atuação no serviço público. Isso pode indicar que os respondentes possuem propriedade ao discutir o OP devido suas experiências no setor. A seguir, o Gráfico 5 apresenta a contribuição do poder legislativo para a criação do orçamento participativo no município.

Gráfico 5 - Contribuição do poder legislativo para criação do orçamento participativo no município



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

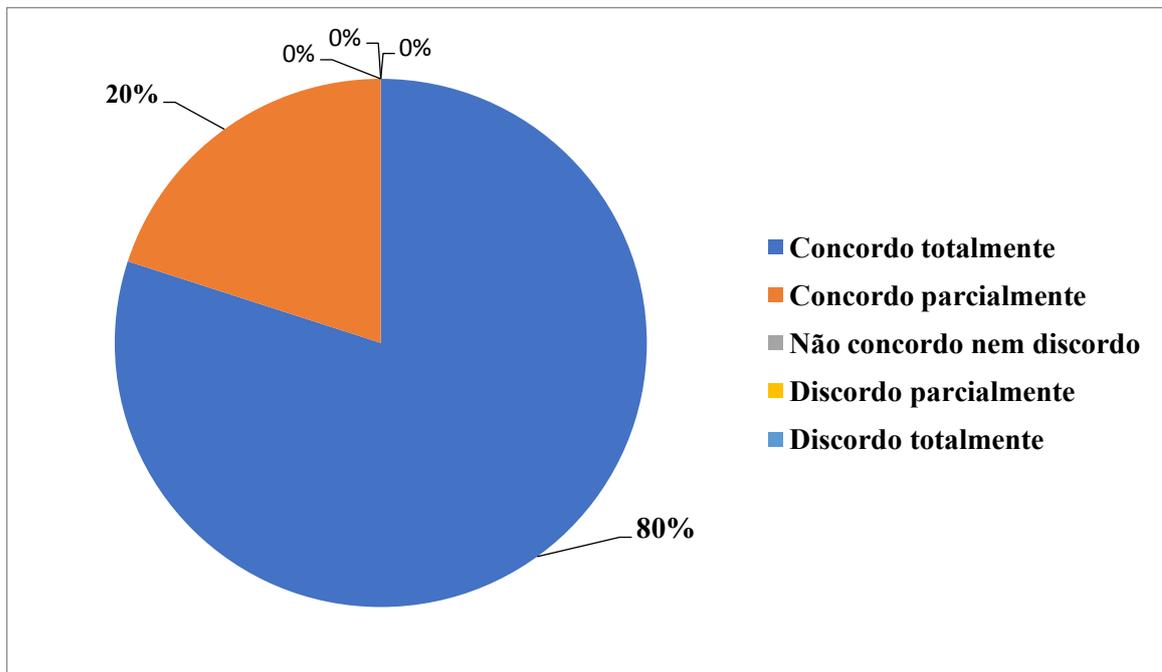
O Gráfico 5 apresenta a contribuição para criação do OP no município de acordo com o poder legislativo local. Pode-se destacar que 5 (cinco) respondentes afirmam que “Sempre” há contribuição, o que representa um total 45,5% dos respondentes. 4 (quatro) respondentes afirmam que “Outros” com o percentual de 36,5%. E por último, 18,2% afirmam que raramente se é discutido a criação do OP na câmara de vereadores do município.

Diante dos dados obtidos nessa questão, é possível identificar que há uma divergência quanto às respostas dos respondentes, visto que todos compõem o poder legislativo do município. Os plenários são sessões da Câmara Municipal que tem o papel de unir os legisladores a fim de debater aprovações ou rejeições quanto as propostas orçamentárias e possíveis políticas públicas a serem criadas/implementadas. Assim como afirma Collor (2020), os vereadores realizam os debates para a aprovação ou rejeição das propostas orçamentárias, melhor ainda, se ouvida a população, em temas afetos para o espaço da cidade e do campo. Dessa maneira, essa divergência de afirmações é uma questão relevante a ser discutida.

Também foi questionado aos respondentes quanto a acreditar que o OP auxilia na criação de políticas públicas para o município de São José do Egito-PE, e todos responderam positivamente, não havendo nenhuma resposta contrária. Sob a percepção deles, essa iniciativa traria benefícios quanto a criação de políticas públicas em prol das melhorias para o município. A seguir, no Gráfico 6, buscou-se observar A participação da população nas tomadas de decisão

do orçamento público é importante para melhor funcionamento da gestão pública sob a perspectiva dos respondentes.

Gráfico 6 - A participação da população nas tomadas de decisão do orçamento público é importante para melhor funcionamento da gestão pública?



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

No Gráfico 6, foi questionado aos respondentes se acreditavam que a participação da população nas tomadas de decisão do orçamento público é importante para melhor funcionamento da gestão pública. Os resultados apontam que 8 (oito) participantes afirmaram que concordam totalmente, o que corresponde a 80% do total. Os outros 20% concordam apenas parcialmente, representando um total de 2 respondentes. Vale destacar, que 1 (um) participante preferiu não responder essa questão, o que ocasionou a coleta de respostas dos outros 10 (participantes) no total. A seguir, será apresentado o Quadro 1 onde os participantes puderam expor de forma opcional as contribuições que OP trás/traria ao município.

Quadro 1 - Contribuições do OP para o Município na visão dos respondentes

RESPONDENTES	RESPOSTAS
Respondente 1	<i>“Infelizmente nunca foi adotado esta prática em nosso município, apesar a insistência de alguns vereadores na gestão anterior. Na atual gestão nada se fez até o momento.”</i>
Respondente 2	<i>“Com implantação das necessidades reais, atuais e futuras da população urbana e rural em todos os âmbitos de gênero, faixa etária, área habitacional e segmentos da sociedade.”</i>
Respondente 3	<i>“A contribuição se dá de forma direta no incentivo e implementação de políticas públicas em prol da sociedade de forma que, com a participação da população, alcançará de forma eficaz as necessidades de todos.”</i>
Respondente 4	<i>“Trazendo informações da sociedade aos poderes executivo e legislativo.”</i>
Respondente 5	<i>“Diante do orçamento participativo, teremos com maior eficácia os desejos e sonhos da população, e aí priorizamos o que de fato seja urgente e necessário para população, dividindo assim as responsabilidades e claro os êxitos na execução, portanto, extremamente importante a participação popular no orçamento de seu município.”</i>
Respondente 6	<i>“Contribui de forma que identifique quais as dificuldades e desejos da população. Seria uma prática que possibilitaria o alcance de pessoas com interesse em saber do serviço público local.”</i>
Respondente 7	<i>“Trás benefícios para toda a população, auxiliando no direcionamento do orçamento da cidade. Seria de grande importância para o desenvolvimento da nossa cidade, com certeza é uma iniciativa que deve ser implementada na próxima gestão do município.”</i>
Respondente 8	<i>“Trazendo transparência e credibilidade do governo local.”</i>
Respondente 9	<i>“Traria auxílio para nós do poder legislativo do município em identificar quais pontos devemos melhorar em prol da população.”</i>

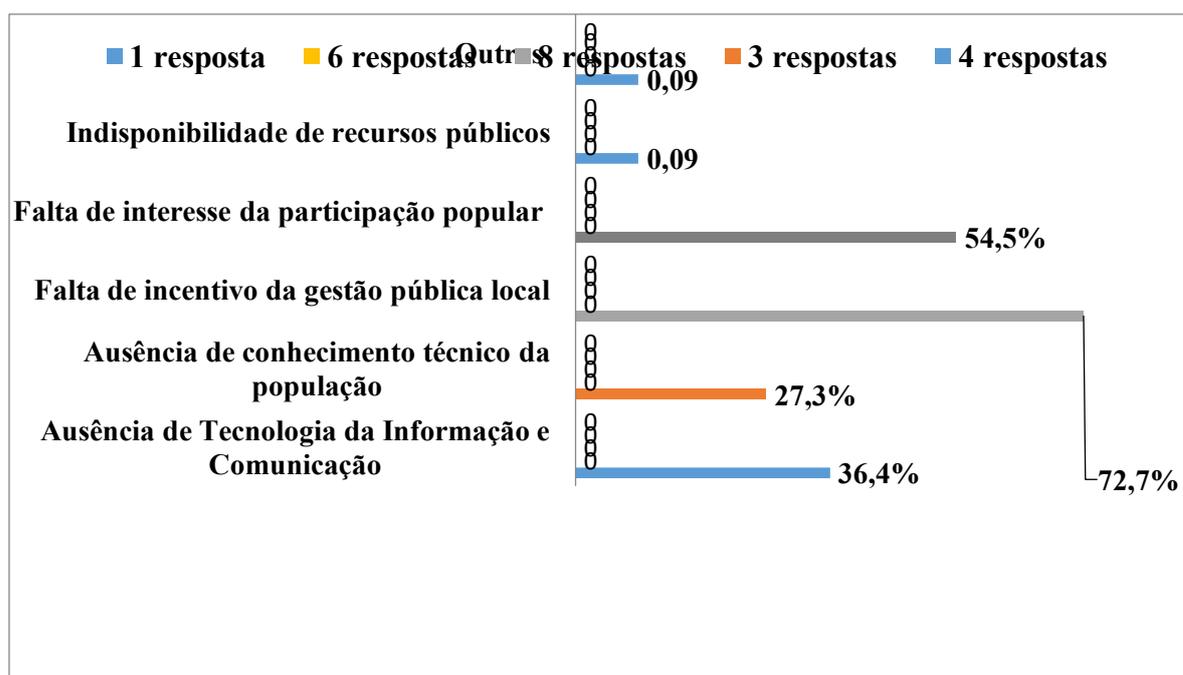
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O Quadro 1 aborda respostas de 9 (nove) respondentes o qual puderam expor com base em suas opiniões como o orçamento participativo pode contribuir para o município de São José do Egito. Vale destacar que essa questão se deu de forma opcional a qual os respondentes optaram em respondê-la ou não. Dessa maneira, dentre todos os 11 (onze) participantes, 9 (nove) se dispuseram a responder. Como observado pelas respostas obtidas, grande parte delas

faz menção a importância do OP e de como essa iniciativa proporciona impactos positivos no município, como também, foi identificado que uma delas apresenta ainda um desafio para sua implementação.

Como observado nas respostas, foi possível identificar que esses representantes do poder legislativo do município mencionaram que o OP contribui para o melhor funcionamento da gestão pública local, trazendo argumentos de que essa iniciativa proporciona benefícios como: transparência da gestão pública local, auxílio para destinação do orçamento da cidade, eficiência ao realizar os desejos da população, melhorias do serviço público, buscar soluções para incentivar a gestão atual a aderir esta prática. Conforme Cabannes (2014, p.33) destaca, “o OP altera as relações entre os governos e os cidadãos locais e, ao mesmo tempo, gera empoderamento dos cidadãos e novas formas de governança local”. Ao argumentarem sobre os benefícios o OP traz à população, confirmam o que autor menciona. Além disso, as respostas obtidas trazem essa relação dos governantes e a população, uma vez que os respondentes fazem parte da conjuntura política local. Dessa forma, com essas afirmações o Gráfico 7 a seguir, teve como propósito analisar os Desafios para implementação do OP no município de São José do Egito.

Gráfico 7 - Desafios para implementação do OP no Município de São José do Egito

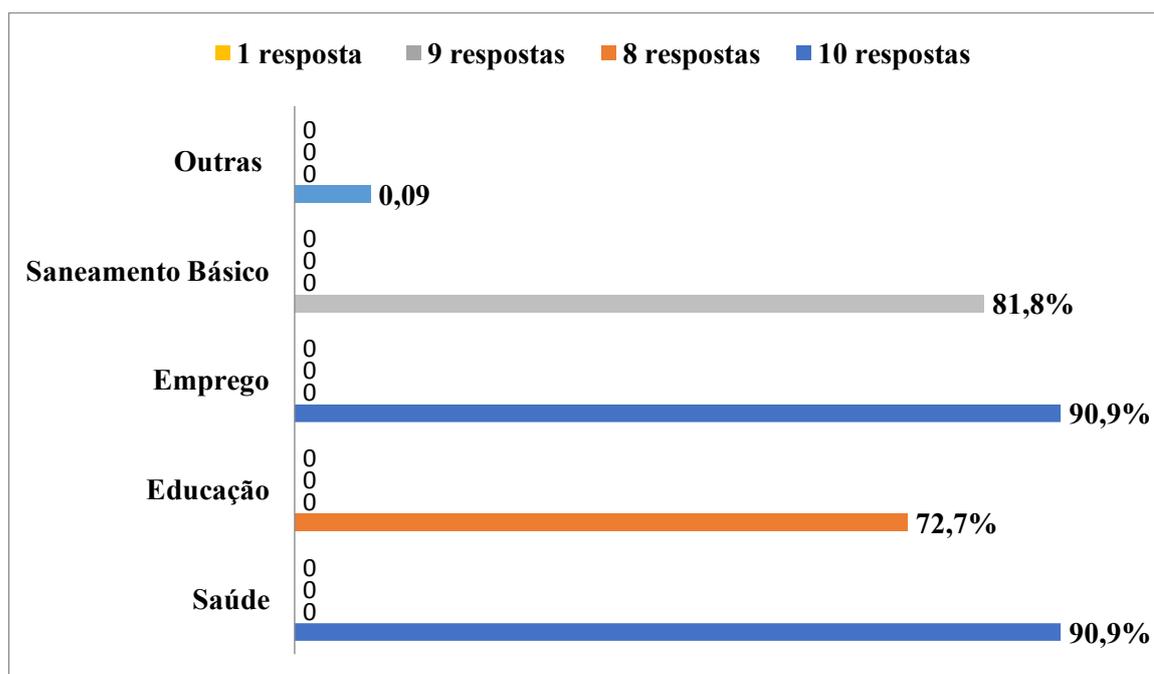


Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O Gráfico 7 apresenta os desafios para implementação do OP no município de São José do Egito, sob a perspectiva dos respondentes. Nessa questão puderam responder mais de uma alternativa, e como exposto, a questão que mais obteve respostas foi a “Falta de incentivo da gestão pública local”, com um percentual de 72,7%, o que corresponde a 8 (oito) respostas. Em segundo lugar, a “Falta de interesse da participação popular” com um percentual de 54,5% o correspondente a 6 (seis) respostas. Em seguida, a “Ausência de Tecnologia da Informação e Comunicação” com um percentual de 36,4% o correspondente a 4 (quatro) respostas. Também, a “Ausência de conhecimento técnico da população” com percentual de 27,3% o correspondente a 3 (três) respostas. E por último, um empate com percentual de 9% entre “Indisponibilidade de recursos públicos” e “Outros”, com 1 (uma) resposta respectivamente.

Sendo assim, tornam-se questões a serem discutidas e analisadas para que se possa identificar a razão desses acontecimentos e quais seriam os próximos passos para buscar soluções no cenário atual do município. Dessa forma, seguindo essa perspectiva, a seguir o Gráfico 8 apresenta as Áreas do município que precisam de melhorias na visão dos respondentes.

Gráfico 8 - Áreas do Município que precisam de melhorias na visão dos respondentes



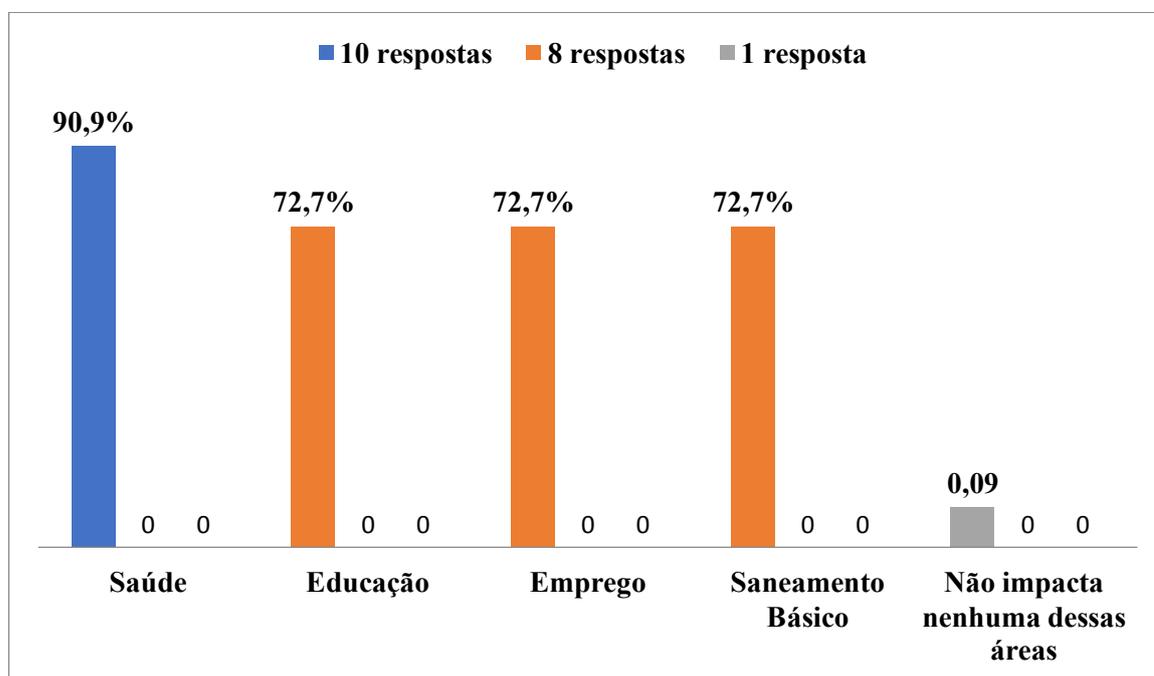
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O Gráfico 8 apresenta os dados obtidos da questão que tratava de quais áreas precisam ser melhoradas no município sob a perspectiva dos respondentes. Assim como o Gráfico 11, essa questão poderia ser respondida com mais de uma alternativa, o que ficou a critério do

participante. Sendo assim, dentre as alternativas houve um empate entre “Saúde” e “Emprego” com o corresponde a 10 (dez) respostas respectivamente, e com um percentual de 90,9% o que. Em seguida, “Saneamento básico” com 9 (nove) respostas e um percentual de 90,9% A “Educação” com 8 (oito) respostas, com percentual 72,7%. E por último, a alternativa “Outras” com percentual de 9%, o correspondente a 1 (uma) resposta.

Sendo assim, diante toda as questões respondidas pelos participantes, o OP seria de grande relevância para sanar essas necessidades, trazendo benefícios para toda população, ao governo local, e a distribuição dos recursos públicos do município. A seguir, o Gráfico 9 apresenta as Áreas que o orçamento participativo impacta/pode impactar no município.

Gráfico 9 - Áreas que o orçamento participativo impacta/pode impactar



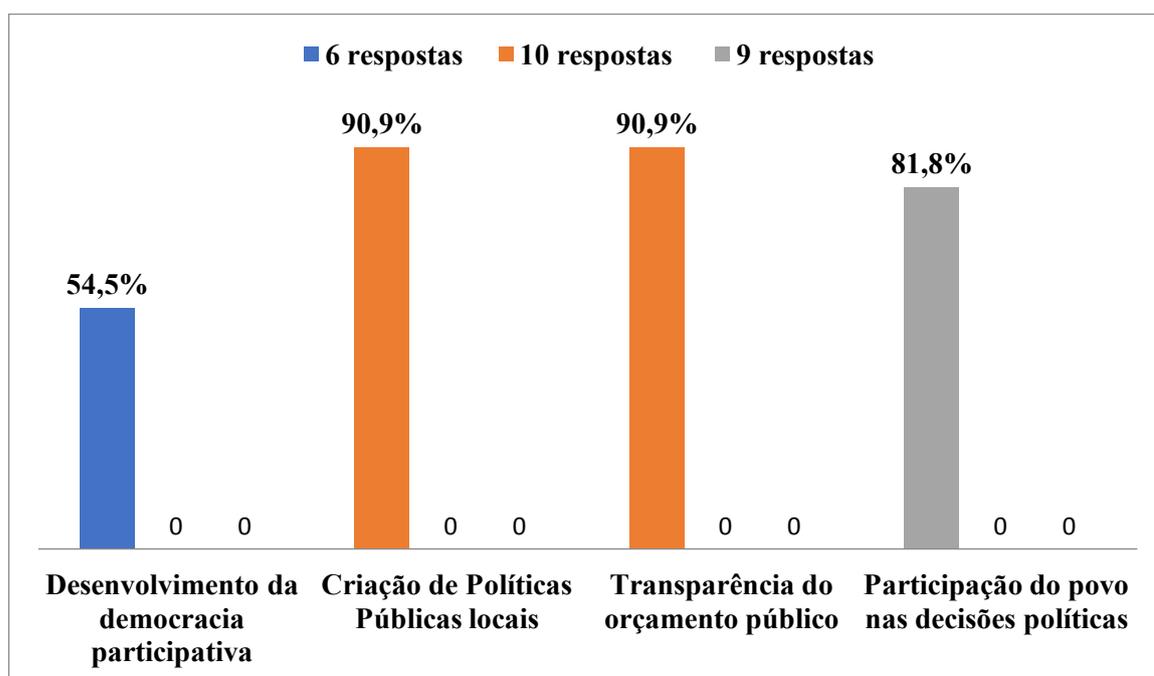
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O Gráfico 9 apresenta o resultado da questão que tratava do impacto que o OP traria/traz com as melhorias listadas. Conforme o gráfico 10, a Saúde ocupa mais uma vez um percentual de 90,9% o equivalente a 10 (dez) respostas, por outro lado, Educação, Emprego e Saneamento Básico apresentam um empate de percentual de 72,7% que corresponde a 8 respostas respectivamente. Por último, com um percentual de 9% o correspondente a 1 (uma) resposta a alternativa “Não impacta nenhuma das áreas listadas”.

Como observado, a “Saúde” é uma das áreas mais assinaladas, tanto no que se refere à necessidade de melhoria no âmbito do município quanto como um fator no qual o OP gera

impacto. Além disso, segundo os respondentes, há mais falta de interesse da participação popular e falta de incentivo da gestão pública local, de modo que o interesse da população em participar e apresentar suas necessidades influencia a gestão pública local em adotar essa prática no município. A seguir, o Gráfico 10 apresenta os benefícios que o orçamento participativo traria/traz para o município.

Gráfico 10 - Benefícios que o orçamento participativo traria/traz para o Município



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O Gráfico 10 apresenta as opiniões dos respondentes quanto aos benefícios que OP traria/traz para o município. Como observado, a Criação de Políticas Públicas locais e a Transparência do orçamento público lideraram e obtiveram empate com o percentual de 90,9% que corresponde a 10 (dez) respostas respectivamente. Logo em seguida, a Participação do povo nas decisões políticas com um percentual de 81,8% que corresponde a 9 (nove) respostas, e por fim, o Desenvolvimento da democracia participativa com percentual de 54,5% que corresponde a 6 (seis) respostas. Percebe-se então, que no decorrer do presente questionário, os participantes assinalaram questões relacionadas à falta de interesse de participação da população, falta de incentivo da gestão pública local como desafios para implementação do OP. Além disso, listaram áreas da Saúde e Emprego como as que precisam ser melhoradas prioritariamente. Desse modo, pôde-se fazer uma síntese dos principais resultados obtidos no estudo,

apresentando as principais contribuições e os principais desafios para a implementação do OP no município de São José do Egito. O Quadro 2 expõe um resumo das principais conclusões acerca dos resultados obtidos.

Quadro 2 - Principais conclusões acerca dos resultados obtidos

PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO PARA O MUNICÍPIO	PRINCIPAIS DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO OP NO MUNICÍPIO
<i>1) Incentivos para criação de Políticas Públicas em prol da população</i>	<i>1) Falta de incentivo da gestão pública local, como também, falta de interesse da população.</i>
<i>2) Prioridades as necessidades reais da população através da participação popular no orçamento do município</i>	<i>2) Divergências de opiniões quanto a contribuição do poder legislativo local para criação do OP.</i>
<i>3) Transparência e credibilidade da gestão pública local</i>	<i>3) Ausência de discussão sobre a temática por parte do governo atual do município</i>
<i>4) Políticas Públicas voltadas para as melhorias dos serviços públicos oferecidos como: Saúde, educação, saneamento básico e empregabilidade.</i>	<i>4) Ausência de discussão sobre o OP entre os vereadores e os gestores públicos</i>
<i>5) Desenvolvimento da democracia participativa, por meio da participação da população nas decisões políticas</i>	-
<i>6) Identificação das necessidades reais da população urbana e rural, e suas áreas habitacionais</i>	-

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Portanto, com essas afirmações foi possível compreender que o OP se mostra importante e necessário sob a perspectiva do poder legislativo do município, trazendo principalmente transparência do orçamento público e criação de políticas públicas locais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseado em todas as seções desta pesquisa e todos os resultados obtidos na coleta de dados, é possível concluir que no município de São José do Egito-PE há uma disparidade e divergência política dos vereadores entre si, e a gestão municipal. Por mais que os participantes

afirmam em suas respostas que o Orçamento Participativo trás/ traria benefícios para a gestão pública local, e principalmente a população, foi possível identificar que um dos grandes empecilhos da implementação é justamente a ausência de comunicação/ discussão sobre a temática entre o poder legislativo e a gestão pública local.

Este estudo teve como objetivo desenvolver uma análise da importância da implementação do OP no município de São José do Egito - PE e os seus benefícios para a população local, foi respondido. Observa-se que sendo adotada essa iniciativa no município, será possível identificar quais as reais necessidades da população. Isso resulta, na visão dos respondentes, na identificação dos fatores que trazem benefícios à população por parte do poder legislativo.

Quanto aos objetivos específicos de avaliar o processo de implementação do OP no município e demonstrar os benefícios da implementação aos munícipes, concluiu-se que o processo se dá de forma distante. Apesar dessa prática ser conhecida e afirmada por grande parte dos respondentes, sendo até mesmo discutido na câmara de vereadores, ainda há falta de comunicação com a gestão pública local. Quanto aos benefícios aos munícipes, foi observado que os respondentes identificam que OP auxilia na relação entre a população e as discussões políticas, propiciando a transparência dos orçamentos públicos e no desenvolvimento da participação popular. Além disso, promove melhorias nos diversos setores como: Saúde, Educação, Emprego e Saneamento básico.

Ademais, o objetivo específico que tratava de identificar qual a visão da gestão municipal quanto a essa iniciativa, conclui-se que de acordo com as afirmações do poder legislativo local, há a necessidade de discussões e incentivo por parte da gestão pública local de promover a participação da população a fim de praticar o desenvolvimento democrático local. Outro fator importante a ser destacado é a ausência do gênero feminino na câmara de vereadores. Nesta pesquisa foi possível identificar que dentre os 11 (onze) membros do poder legislativo do município, apenas um é do gênero feminino.

Desta forma, esse fato pode propiciar uma nova pesquisa identificando e analisando o quanto esse fator pode ou não trazer interferências nas decisões/ discussões políticas na esfera municipal. Vale ressaltar também que os respondentes destacaram que há falta de interesse da participação popular, que também torna-se a ser um objeto de pesquisa, em identificar o motivo desse desafio atualmente presente na município.

Mediante o exposto, quanto ao problema de pesquisa, concluiu-se que mediante cenário político do poder legislativo do município, o processo de implementação do OP está sendo

discutido. Porém, os desafios apontados ao longo da pesquisa sugerem que essa iniciativa não possui previsão próxima de iniciação.

Dessa forma, sugere-se que o Orçamento Participativo seja posto como prioridade e levado em consideração sua implementação no município estudado, a fim de inibir a falta de interesse da população em se envolver no cunho político local. Isso possibilita a prática da democracia participativa local junto ao poder legislativo e gestão municipal, a fim de discutir e promover a transparência do orçamento público, e trazer melhorias e soluções para as necessidades e anseios dos munícipes diante cenário atual municipal.

Adicionalmente, recomenda-se que o poder legislativo busque mais comunicação com a gestão municipal, procurando interação e expondo as ideias e expectativas quanto aos planejamentos que possuem para o município. Assim, a equipe irá identificar quais áreas e setores da cidade carecem de mais atenção. Ainda mais, a própria câmara de vereadores pode dá início de forma cautelosa, iniciando em um bairro, praça, etc., e analisando como os munícipes reagem, para que assim, identifiquem a melhor maneira de realizar esses encontros.

Dessa maneira, o presente estudo aponta que o OP, por mais que não obrigatório, corrobora para uma gestão pública mais ativa e atuante, facilitando os planejamentos e decisões políticas de modo a contribuir na qualidade do serviço público, transparência e credibilidade da gestão municipal.

Sendo assim, esse tema abre possibilidades de novas pesquisas no próprio município e em outros que também não aderiram esta pratica. No desenvolvimento de novos estudos, há a possibilidade de novas ideias e concepções a serem discutidas e avaliadas sobre o orçamento participativo. Além disso, ele é um movimento social que auxilia na diminuição da corrupção e na qualidade do regime democrático.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Alexandre Fernandes; CAPPI, Juliano; GATTO, Raquel. **Os caminhos para o avanço do governo eletrônico no Brasil**. Comitê Gestor da Internet no Brasil, 9, jun. 2009. Disponível em: <<https://www.cgi.br/publicacao/os-caminhos-para-o-avanco-do-governo-eletronico-no-brasil/>>. Acesso em: 13/12/2023.
- CABBANES, Yves. **Contribuições dos orçamentos participativos para a provisão e gestão de serviços básicos: experiências locais e lições aprendidas**. IIED: Londres, 2014. Disponível em: https://prefeitura.poa.br/sites/default/files/usu_img/observapoa/Livros/contribuicaoorcamentoparticipativofinal3.pdf
- COLLOR, Fernando. A função do vereador. **Senado Federal**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/589899/Funcao_vereador.pdf>. Acesso em: 27/02/2024.
- COSTA, Alessandra. **Os desafios da implementação do orçamento participativo para a gestão municipal**. Universidade Federal de São João del Rei, 2018.
- DIAS, N.; ENRÍQUEZ, S.; JÚLIO, S. (Org). **Participatory Budgeting World Atlas**. Epopeia and Oficina, Portugal, 2019.
- ENAP. Orçamento Público Conceitos Básicos. **Escola Nacional de Administração Pública, Brasília**. Ed.1.Dez,2014.
- FEDOZZI, Luciano; RAMOS, P,M. GONÇALVES, G,F. Orçamentos Participativos: variáveis explicativas e novos cenários que desafiam a sua implementação. **Rev. Sociol. Polit.**, v.28 n. 73, 2020.
- FERREIRA, Getulio Costa. **Gestão participativa: a experiência do orçamento democrático da Paraíba e o envolvimento social**. 2018. 40f. (Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo), Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, Sumé – Paraíba – Brasil, 2018. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/4387>
- GONÇALVES, José. **Orçamento Participativo: a importância da participação social**. Universidade de Brasília. Goianésia, 27 de abril, 2019.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. p.128. Disponível em: <https://www.lcsantos.pro.br/wpcontent/uploads/2021/03/218_A_TECNICA_DO_QUESTIONARIO.pdf>. Acesso em:02/02/2024.
- LUCHMANN, L,H. BOGO, S,R. Instabilidade e declínio dos orçamentos participativos em municípios no Brasil e em Portugal (2016-2019). **Revista do CESOP**. Campinas, vol.28,nº 3, p. 716-749, set. 2022.
- LAZARETTI, L,R; TEXEIRA, F,O; OLIVEIRA, S,V. Desigualdades socioeconômicas e demográficas nos municípios do Rio Grande do Sul/Brasil: um índice de vulnerabilidade á pobreza, urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 2019,11, e20180154. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/urbe/a/gpC8TDgvCTvYCW7NvHsdDHk/?format=pdf>>. Acesso em: 16/02/2024.

LUCHMAN, Ligia; MARTELI, Carla. Taborda, Luana. **Desafios do orçamento participativo. Um estudo no Brasil (Araraquara) e em Portugal (Cascais)**. Araraquara, 2019.

MACEDO, Sérgio. Democracia participativa na Constituição Brasileira. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, v.45 n.178 abril/jun. 2008.

PREFEITURA. São José. **História da origem de São José do Egito – PE**. 2024. Disponível em: <<https://saojosedoegito.pe.gov.br/historia>>. Acesso em: 10/01/2024.

SANTOS, A, O; LOPES, D, M; MONTE, L, F. Orçamento Participativo Como Instrumento De Gestão Democrática E Participativa: Caso Do Município De Santarém-Pará. In: CONSAD. **Anais**, Brasília, DF, jun, 2016. Disponível em: <https://consad.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Painel-23-03.pdf>

SANTOS, L, C. **A técnica do questionário: conceituação, características, vantagens e limitações**. Bahia, 2016.

SÃO JOSÉ DO EGITO-PE. **Ibge**, 2023. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/sao-jose-do-egito.html>>. Acesso em: 10/01/2024.

SÁTYRO, N,G. D'ALBUGUERQUE, R,W. O que é um Estudo de Caso e quais as suas potencialidades? **Revista Sociedade e Cultura**. v. 23: e55631, 2020.

TEMPORINI, E,R. PIOVESAN, Armando. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista Saúde Pública**. São Paulo, 1995.

VASCONCELOS, A,M. GOMES, M,M. **Transição demográfica: a experiência brasileira**. Brasília. out-dez 2012.

APÊNDICE

IMPLEMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO EGITO-PE

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada "A IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO EGITO-PE", que está sendo desenvolvida por Dayane Nunes Gonçalves concluinte da graduação em Gestão Pública da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/ CDSA.) O objetivo desta pesquisa é analisar a importância que o Orçamento Participativo possui sob a perspectiva dos vereadores do município.

O preenchimento completo do questionário demanda um período entre 5 (cinco) e 10 (dez) minutos, podendo variar de acordo com o ritmo individual.

A coleta de dados deste estudo será realizada observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. É garantido o seu direito de recusar a participação, bem como de interrompê-la a qualquer

posteriormente apresentados em publicações científicas, resguardando o anonimato de todos os participantes. Os dados individuais fornecidos não serão objeto de divulgação. Possíveis dúvidas podem ser esclarecidas antes e durante o curso do estudo.

Ao concordar em participar da pesquisa, você declara que está de acordo com este termo e que está ciente: a) da liberdade de participar ou não da pesquisa, bem como do seu direito de deixar de participar do estudo, sem que isto traga qualquer prejuízo; b) da segurança de que não haverá divulgação de dados pessoais e que se manterá o caráter confidencial das informações registradas. Considerando que a proposta foi apresentada e que as dúvidas foram sanadas, solicito o seu consentimento livre e espontâneo, expressando a sua participação neste estudo.

Em caso de dúvidas no preenchimento, entrar em contato pelo telefone/WhatsApp (87) 98130-1170 ou pelo e-mail dayanen682@gmail.com. Desde já, grata pela colaboração.

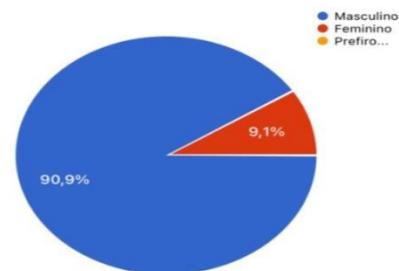
Você concorda em participar dessa pesquisa?

© 11 respostas



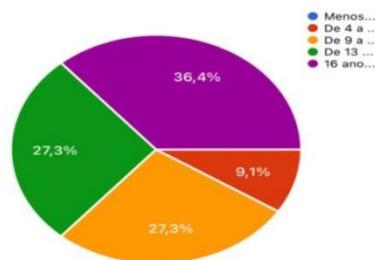
1) Sexo

© 11 respostas



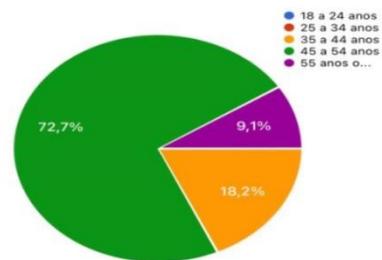
2) Tempo de atuação no serviço público:

© 11 respostas



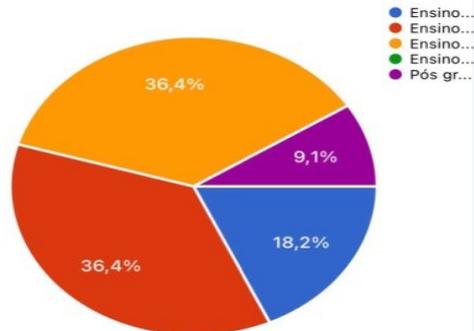
3) Indique sua faixa etária:

© 11 respostas



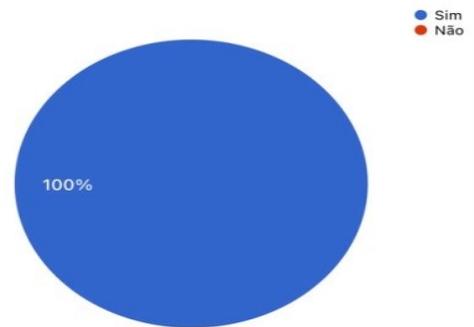
4) Grau de escolaridade:

© 11 respostas



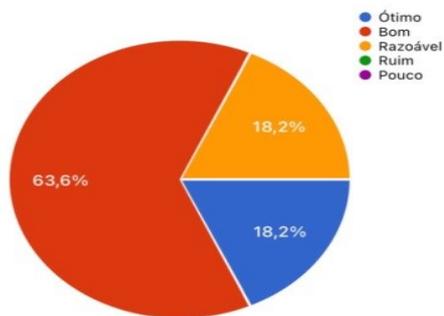
5- Você já ouviu falar em Orçamento Participativo antes?

© 11 respostas



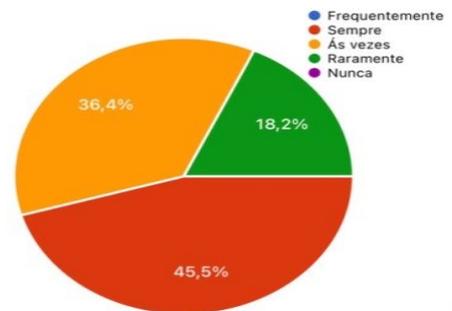
6) Qual é o seu grau de entendimento sobre Orçamento Participativo:

© 11 respostas



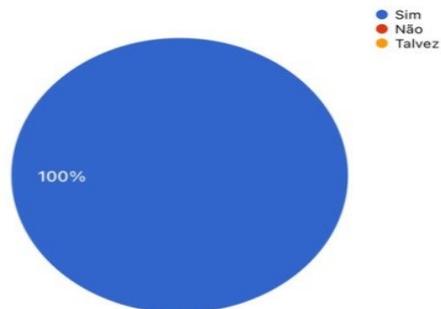
7) Atualmente, o poder legislativo contribui para criação do orçamento participativo do seu município?

© 11 respostas



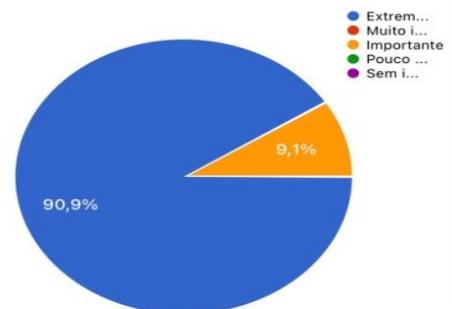
8) Você acredita que o orçamento participativo auxilia na criação de políticas públicas para o Município de São José do Egito?

© 11 respostas



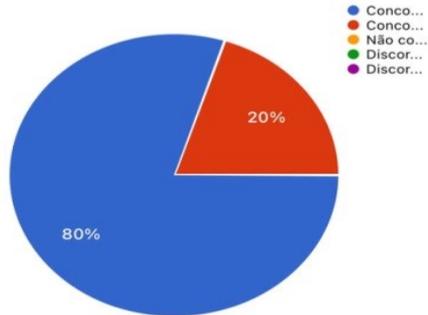
9) Você acredita que a participação da população nas tomadas de decisão do orçamento público é importante para melhor funcionamento da gestão pública?

© 11 respostas



10) O orçamento participativo contribui para o melhor funcionamento do serviço público local.

© 10 respostas



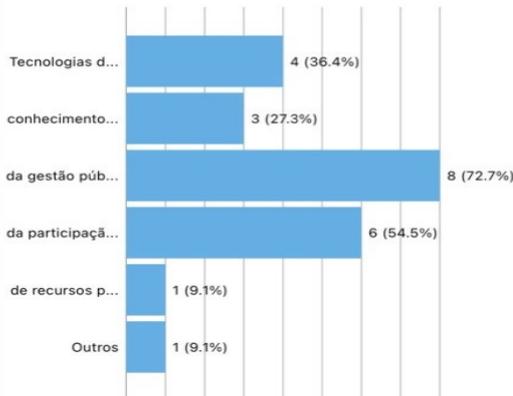
Exponha como ele contribui para o Município de São José do Egito:

☰ 9 respostas

- 1 | Trás benefícios para toda a popul
- 1 | Trazendo informações da sociedade
- 1 | Contribui de forma que identifique
- 1 | Trazendo transparência e credibil

11) O que você acredita ser um desafio para implementação do orçamento participativo em seu Município?

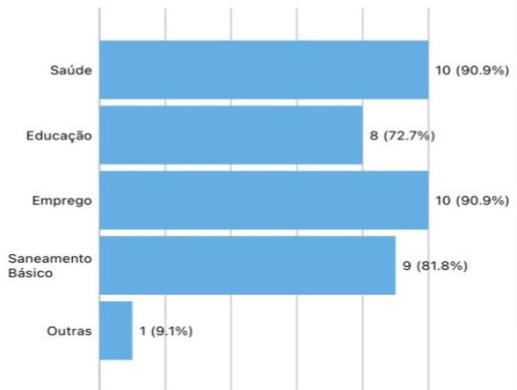
☑ 11 respostas



Contribuições do Orçamento participativo

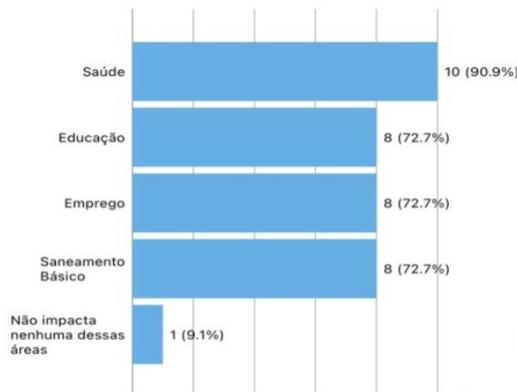
12) Atualmente, quais áreas você considera que precisam ser melhoradas no Município?

☑ 11 respostas



13) Você acredita que o orçamento participativo impacta/pode impactar na melhoria de quais áreas listadas:

☑ 11 respostas



14) Em sua opinião, quais benefícios o orçamento participativo traria/traz para seu Município?

☑ 11 respostas

